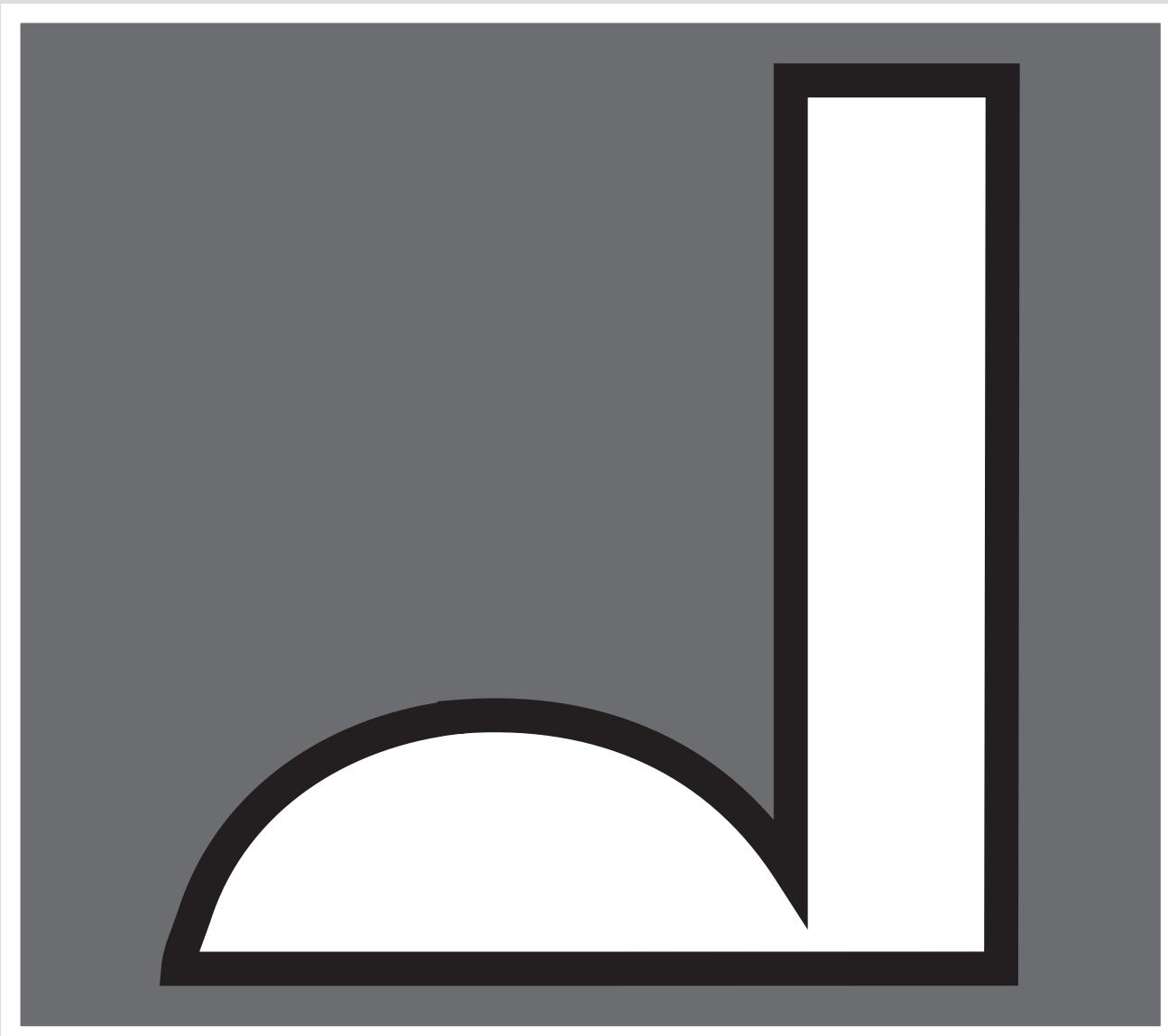




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 028 - SÁBADO, 25 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	Suplentes de Secretário
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna	LÍDER Delcídio Amaral – PT	LÍDER José Jorge – PFL
VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾	VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral	VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino
LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna	VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro	VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾
VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial		Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$57.554.718,00 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais), para o fim que especifica, onde poderá receber emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

06607

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 283, de 2006, em 23 de fevereiro de 2006 e publicada no dia subsequente, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e

o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

06607

1.2.2 – Ofício do Presidente do Conselho de Comunicação Social

Nº 103, de 11 de outubro de 2005, encaminhando o Parecer nº 2, de 2005-CCS, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação social.....

06609

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações a respeito da inclusão social dos portadores de necessidades especiais. Encaminhamento à Comissão de Direitos Humanos de solicitação de audiência pública para discussão da questão da dependência química. Defesa da Deputada Denise Frossard em episódio sobre relatório referente aos direitos dos portadores de necessidades especiais.

06612

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSÃO ANTERIOR

Do Senador Arthur Virgílio, proferido na sessão de 23 de fevereiro de 2006.

06620

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 7^a Sessão Não Deliberativa, em 24 de fevereiro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência da Sra. Heloísa Helena

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência comunica que a Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 57.554.718,00 (cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais), para o fim que especifica, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 282

Publicação no DO	24-2-2006
Emendas	até 2-3-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	24-2-2006 a 9-3-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	9-3-2006
Prazo na CD	de 10-3-2006 a 23-3-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	23-3-2006
Prazo no SF	24-3-2006 a 6-4-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	6-4-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	7-4-2006 a 9-4-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	10-4-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	24-4-2006 (60 dias)

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O Senhor Presidente da República adotou em 23 de fevereiro de 2006, e publicou em 24 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 283, de 2006, no dia subsequente, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo, dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência, sobre a cessão de servidores para o DNIT e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e revoga o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, que altera a Legislação Tributária Federal.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
<u>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</u>	
José Jorge (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Álvaro Dias (PSDB)	2. Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. vago
César Borges (PFL)	4.vago
Eduardo Azeredo(PSDB)	5.vago
<u>PMDB</u>	
Ney Suassuna	1.Wellington Salgado de Oliveira
Luiz Otávio	2.Valdir Raupp
Gerson Camata	3.vago
<u>Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)</u>	
Delcídio Amaral (PT)	1.vago
Siba Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago
<u>PTB</u>	
Mozarido Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
<u>*PMR</u>	
Marcelo Crivella	1.vago
Deputados	
Titulares	Suplentes
<u>PT</u>	
Henrique Fontana	1.Iara Bernardi
Colombo	2.João Grandão
<u>PMDB</u>	
Wilson Santiago	1.Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes
<u>Bloco (PFL/PRONA)</u>	
Rodrigo Maia	1.Kátia Abreu
Roberto Brant	2.Luiz Carlos Santos
<u>PSDB</u>	
Jutahy Júnior	1.Bismarck Maia
<u>PP</u>	
Mário Negromonte	1.Benedito de Lira
<u>PTB</u>	
José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
<u>PL</u>	
Luciano Castro	1.Almir Sá
<u>PPS</u>	
Fernando Coruja	1.Rogério Teófilo
<u>PSB</u>	
Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
<u>*P-SOL</u>	
Babá	1.Ivan Valente

, Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **24-2-2006**
- Designação da Comissão: **24-2-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **2-3-2006**
- Emendas: **até 2-3-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **24-2-2006 a 9-3-2006**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **9-3-2006**
- Prazo na CD: **de 10-3-2006 a 23-3-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **23-3-2006**
- Prazo no SF: **de 24-3-2006 a 6-4-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **6-4-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 7-4-2006 a 9-4-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **10-4-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **24-4-2006** (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL

– AL) – Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. CCS N° 103/2005

Brasília, 11 de outubro de 2005

Ex^{mo} Sr.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

O Conselho de Comunicação Social, em sua 9^a Reunião de 2005, realizada em 10-10-2005, aprovou o Parecer n° 2, de 2005 – CCS, apresentado pelo Conselheiro Paulo R. Tonet Camargo, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação social”.

Considerando que a proposta de emenda à Constituição em questão encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo sido designado o Senador Fernando Bezerra para a relatoria, solicitamos a V. Ex^a o encaminhamento de nosso parecer àquela comissão, como contribuição do Conselho às discussões em andamento.

Respeitosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente.

PARECER N° 2, DE 2005 CCS

Parecer do Conselho de Comunicação Social sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2004, de autoria do Senador Maguito Vilela, que “dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para disciplinar a propriedade dos meios de comunicação social”.

Relator: **Paulo Tonet Camargo**

I – Relatório

O eminentíssimo Senador Maguito Vilela propôs a emenda constitucional em epígrafe, que tem como escopo a alteração do art. 222 da Constituição Federal, cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional n° 36/2002, **verbis**:

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasi-

leiros natos e naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

Propõe o Senador o seguinte texto para o citado art. 222, com o acréscimo de um parágrafo sexto e com a justificação que se transcreve:

Art. 1º O art. 222 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 222. A propriedade de empresa jornalística, de empresa de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de empresa de acesso a Internet e de empresa que explore a produção, programação ou provimento de conteúdo de comunicação social eletrônica dirigida ao público brasileiro, por qualquer meio e independentemente dos serviços de telecomunicações de que façam uso e com os quais não se confundem, é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante da empresas citadas no **caput** deste artigo deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada pelas empresas citadas no **caput** são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

§ 3º As empresas de que trata o **caput** deste artigo deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de

profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam às agências de publicidade e às empresas dedicadas exclusivamente à produção de mensagens publicitárias de qualquer natureza, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro. (NR)".

Art. 2º As empresas de que trata o **caput** do art. 222 da Constituição Federal terão prazo de dois anos para se adequarem ao disposto nesta emenda.

Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) destina-se a adaptar-se o texto da Lei Maior às novas realidades tecnológicas que modificaram o cenário da comunicação social eletrônica. Em verdade não se cuida de inovar propriamente na ordem jurídica, mas sim de preservar o espírito, o conteúdo e o alcance das normas constitucionais concernentes a essa matéria, de modo a assegurar a realização de seus fins: a defesa da soberana e da identidade nacional, bem como o desenvolvimento da cultura e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A Constituição Federal, no capítulo destinado à comunicação social, faz referência às empresas jornalísticas e aos veículos impressos de comunicação, mas concentra especial atenção nas emissoras de rádio e televisão, referidas pelo nome técnico de empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Sucede, todavia, que, posteriormente à promulgação da Carta Política de 1988, foram desenvolvidos ou difundidos outros meios de comunicação social eletrônica, identificados como novas plataformas tecnológicas. O conteúdo de comunicação social, que antes era transmitido apenas pelos tradicionais canais de rádio e televisão, pode ser veiculado, atualmente, por outros meios de distribuição como fibra óptica, o satélite, o cabo, as microondas, entre outros. Essa evolução tecnológica deu lugar a um fenômeno conhecido como convergência das mídias: diferentes tipos de conteúdo – anteriormente veiculadas apenas por imprensa escrita, rádio e TV – podem ser hoje oferecidos em conjunto ou separadamente, por qualquer dessas plataformas tecnológicas.

Um exemplo ilustra bem a hipótese. Por meio de um computador conectado à rede mundial de computadores (Internet), é possível ler um jornal, ouvir música ou assistir a programação audiovisual idêntica à da televisão convencional. Vale dizer: existem novos meios de produzir, programar, prover e transmitir ou veicular conteúdo de comunicação social eletrônica, que é aquele que atinge o grande público, com capacidade de influenciar a opinião e o comportamento das pessoas e pautar a agenda política, social e cultural do País.

A constituição, no entanto, refere-se apenas a radiodifusão, que, à época de sua promulgação, constituía o único meio relevante de transmissão, ao grande público, de conteúdo de comunicação social eletrônica. A pergunta que se coloca é a seguinte: devem ser aplicados às novas plataformas tecnológicas os mesmo princípios e regras que valem para a radiodifusão? A resposta, entendemos, deve ser positiva.

Essa é a linha traçada pela presente proposição: todos os que explorem a comunicação social eletrônica, seja qual for a tecnologia utilizada, devem estar sujeitos ao mesmo regime jurídico. A disciplina preconizada pela proposta ora apresentada atende à interpretação evolutiva do texto constitucional. O constituinte pretendeu disciplinar a produção, a programação e o provimento de conteúdo de comunicação social, submetendo-o ao princípio da isonomia, independentemente da plataforma utilizada para veiculação do conteúdo. Não haveria qualquer sentido no tratamento diferenciado de quem desenvolve a mesma atividade e oferece o mesmo produto apenas em função da tecnologia que utiliza.

Para superar as dificuldades enfrentadas pelo texto original da Constituição, diante da evolução científica, a PEC que ora submetemos ao exame do Parlamento, em lugar de regular o meio tecnológico utilizado, optou por disciplinar a atividade de produção programação e provimento de conteúdo de comunicação social. Em síntese, a regra geral que se pretende instituir é a de qualquer empresa de comunicação social sujeite-se ao mesmo regime jurídico.

No mesmo sentido, é essencial incluir entre as atividades de que trata o art. 222 da Constituição Federal os serviços de provimento de acesso à Internet, já que é através das

empresas que desenvolvem tais atividades que a sociedade têm acesso aos conteúdos de comunicação social disponibilizados na defesa da soberania e da identidade nacional, bem como para o desenvolvimento da cultura e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Trata-se de providência em total consonância com as disposições constitucionais pertinentes à Comunicação Social.

Assim procedendo, entendemos que as alterações ora propostas ao texto constitucional contribuirão para a observância dos princípios fundamentais de soberania e proteção da cultura nacional no que tange aos meios de comunicação social.

Nesses termos. Submetemos a presente Proposta de Emenda à Constituição ao exame de nossos nobres pares, certos aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, – Senador **Maguito Vilela**.

A PEC foi remetida à Comissão de Constituição e Justiça do Senado e distribuída ao Senador Fernando Bezerra onde aguarda apresentação de parecer.

Na última reunião deste Conselho de Comunicação Social, após audiência pública cujo objeto foi o estudo da convergência tecnológica, ficou deliberado o exame da presente proposta dentro do moderno contexto tecnológico.

É o breve relatório.

II – Análise

Primeiramente algumas necessárias considerações de natureza histórica e cronológica. É consabido que a tecnologia evolui em uma velocidade incrível, surpreendendo aos mais argutos cientistas e criando, assim, um evidente descompasso entre a realidade e a regulação. Partindo do pressuposto de que seria impensável qualquer iniciativa de brecar o desenvolvimento tecnológico, cada vez mais as regras se apresentam insuficientes para disciplinar tão estratégico tema para os interesses nacionais.

Se tomarmos como exemplo a legislação de radiodifusão, até hoje aplicada, foi concebida antes da existência do satélite e, assim, da possibilidade de transmissões simultâneas para todo o País. As emissoras de televisão produziam programação ao vivo, com a possibilidade mais tarde do vídeo tape. O rádio ia mais longe através das ondas curtas. Inegavelmente o satélite modificou radicalmente o ambiente tecnológico da televisão brasileira e as ondas curtas do rádio somente sobrevivem em algumas românticas emissoras que as colocam no ar. A norma, entretanto, continuou a mesma.

Ainda por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte que promulgou a Carta de 88, pouco havia mudado e, nesta esteira, tratou o constituinte de regular a atividade de comunicação de massa conhecida – jornal, rádio e TV. Eram estas as plataformas capazes de distribuir conteúdo de massa e, em função de entenderem este conteúdo estratégico, trataram de estabelecer regras bastante rígidas sempre com a finalidade de não colocar em risco a identidade nacional e a cultura brasileira.

A norma, ao reservar a brasileiros o controle e a operação destas plataformas, não imaginou uma gráfica ou frias torres e transmissores, mas sim o conteúdo que trafega por estes meios.

Hoje, o mundo globalizado, e por consequência o Brasil nele inserido, descortina dia a dia novas possibilidade tecnológicas em face da revolução digital, que coloca a realidade inspiradora da norma em total obsolescência.

O Conselho de Comunicação Social teve a oportunidade de assistir na última sessão uma produtiva e reveladora exposição sobre a chamada convergência tecnológica que demonstrou a quantidade de meios que surgem para distribuição de conteúdo com qualidade técnica e que, com o passar do tempo, estarão à disposição do cidadão gratuitamente ou a baixíssimo custo. As novidades vão desde a distribuição de imagem por linha telefônica, como pelo celular, rede mundial de computadores e outros, fazendo desaparecer até mesmo os conceitos de fronteira e soberania nacional.

Assim, começa a ficar acentuado o descompasso entre as normas que regem a todas estas plataformas, pois quando foram concebidas focaram no meio, embora o objeto da proteção estatal fosse o conteúdo. Isto se deu porque naquele momento histórico eram conceitos indissociáveis.

Para comprovar isto, basta examinar a Constituição e ver que não há nenhuma restrição à instalação de empresa de produção independente de conteúdo no País. A razão clara era de que sendo reguladas pela lei maior as únicas plataformas possíveis de difusão à massa, seria irrelevante tal necessidade.

Exemplificando, não há nenhuma restrição constitucional a que um grupo estrangeiro se instale no Brasil, com capital (aliás, barato) totalmente estrangeiro e passe a produzir conteúdo em português destinado a brasileiros, ou mesmo comprar eventos artísticos, culturais e esportivos. Isto não aconteceu até hoje porque pela inexistência de possibilidade concreta de difusão. Tal empresa começa a ser viável na medida em que possa contar com uma plataforma de distribuição

alternativa à radiodifusão como a Internet, telefonia, celular, DTH e outros.

Considerando estas plataformas alternativas em franco desenvolvimento tecnológico, igualmente não encontraremos na Constituição Federal qualquer restrição à sua instalação no País, com direção, capital (novamente barato) e controle estrangeiro.

Há, pois, inegavelmente, uma indesejável brecha constitucional à proteção do conteúdo nacional e à produção de jornalismo, cultura, dramaturgia e entretenimento para brasileiros, na medida em que a realidade está possibilitando que sejam tangenciadas as regras existentes por alguns setores. A justificação trazida na proposta em exame é de invulgar eloquência e é auto-explicativa, podendo por si só constituir-se em fundamento deste parecer.

Todavia, cumpre acrescentar aos seus termos que não visa a formação de cartório ou reserva de mercado para empresas jornalísticas, emissoras de rádio e TV e produtoras independentes hoje existentes no País, mas tão somente uniformiza a norma para toda e qualquer iniciativa de produção de conteúdo brasileiro destinado a brasileiros.

Qualquer empresa poderá produzir conteúdo de jornalismo, cultura, dramaturgia e entretenimento destinado à comunicação eletrônica no Brasil, desde que respeite as normas constitucionais que valerão para todos que desenvolvam esta atividade, e não apenas para alguns.

Finalmente, considerando o acréscimo feito pelo texto proposto no parágrafo sexto que excetuou as agências de publicidade e as empresas de produção de comerciais, não seria próprio deixá-las fora da abrangência do parágrafo terceiro quanto a preferência de trabalhadores brasileiros, bem como seja redefinido o objeto “comerciais” de forma a abranger também a propaganda institucional. Sugere-se, assim, a seguinte redação ao parágrafo sexto:

“As disposições deste artigo não se aplicam às agências de publicidade e às empresas dedicadas exclusivamente à produção de mensagens publicitárias de qualquer natureza, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro.”

III – Parecer

Ante o exposto, o parecer é no sentido de considerar adequada e oportuna a aprovação da PEC 00055/2004, com a correção acima, eis que representa uma salvaguarda importante à cultura, produção artística, jornalística e identidade nacional.

Brasília, 10 de outubro de 2005. – **Arnaldo Niskier**, Presidente do Conselho de Comunicação Social.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O expediente lido será anexado ao processo da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2004, que vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Heloísa Helena; Senador Sérgio Zambiasi; Srªs Senadoras e Srs. Senadores, uso a tribuna hoje para falar de um caso específico, mas que, no meu entendimento, é um exemplo a ser seguido por outras pessoas que são portadoras de deficiência.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Exª tem um trabalho belíssimo nessa área. Contou-me experiências vividas ao longo de sua vida, o seu compromisso com a inclusão das pessoas portadoras de deficiência. A sociedade precisa entender a importância e o papel das pessoas com deficiência, que, infelizmente, acabam sendo discriminadas.

Senador Sérgio Zambiasi, aqui presente, sei também que V. Exª tem realizado um trabalho no Rio Grande do Sul. Eu comentava, há minutos, sobre o trabalho que V. Exª tem feito, na Subcomissão que presido, referente à inclusão e ao combate aos preconceitos em relação aos dependentes químicos. Pretendemos – e eu já conversava com V. Exª também sobre isso – dialogar mais, nesta Casa, sobre propostas e encaminhamentos relativos a essa questão. No mínimo, deve ser feito um grande debate, em nível nacional, sobre o tema.

Mas, hoje, quero comentar sobre uma bela surpresa – e tem a ver também com o tema das pessoas portadoras de deficiência – que tive em meu gabinete há uma semana.

Srª Presidente, na semana passada, foi divulgado o resultado do vestibular da UnB. E foi enorme a minha satisfação quando um dos meus assessores, o Luciano, que V. Exª conhece e pelo qual tenho um carinho muito grande, adentrou a minha sala – ele é cego –, dizendo que havia passado no vestibular da UnB. Não é um vestibular qualquer, no meu entendimento, o da UnB.

Acho que a maioria dos Senadores conhece o Luciano, porque ele, seguidamente, está recolhendo assinaturas para projetos e PECs e percorre este plenário quase diariamente. Confesso-lhe, Senadora Heloísa Helena, coisa que eu não havia dito e vou dizer agora, que tenho dito ao Luciano que ele deveria

quebrar quase um tabu existente aqui no Congresso. Ele aceitou o desafio e já se inscreveu. Refiro-me ao cão-guia. Ele, por ser cego, tem todo o direito de circular dentro do Congresso Nacional com um cão-guia. Ele está inscrito, mas, até hoje, não veio o cão-guia.

Estou falando do Luciano e da importância de ele ter passado no vestibular como um exemplo a ser seguido, de que é possível chegar lá, inclusive a uma universidade federal. O Luciano escreveu parte deste meu pronunciamento e me perguntou se eu poderia trazê-lo à tribuna. Respondi a ele que sim. Escreveu o Luciano o seguinte texto:

A VITÓRIA DO HOMEM

Nos últimos anos, a minha perda visual se tornou mais significativa. Não enxergo praticamente nada. Todavia, este é também o período onde consegui as minhas maiores vitórias.

Perdi a visão, mas não perdi o amor pela vida.

Preciso destacar, antes de mais nada, que essas vitórias não foram obtidas sem o apoio de grandes amigos que encontrei pelo caminho.

Ao deixar a casa de meus pais no município de Alto Paraíso (GO), e vir para Brasília, morei durante alguns meses com um casal de amigos: Marcos e Denize.

São amigos a quem ele quer aqui agradecer. Confesso que não os conheço.

Contei também com a ajuda da prima Karla, com Maria Helena, através da qual consegui meu emprego aqui e a quem carinhosamente chamo de minha segunda mãe.

Ela que deve ter intercedido aqui junto ao Senado; é bom dizer que o Luciano é contratado pelo Senado e está à disposição de meu gabinete; quero dar o mérito ao Diretor Agaciel, que foi quem contratou o Luciano.

Se pudesse citaria aqui o nome de todos que encontrei e que fazem parte de minha história, que fazem parte daquilo que sou, daquilo que aprendi.

Gostaria de agradecer muito aos professores, funcionários e alunos do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais – CEEDV; não posso esquecer também dos voluntários do Clube do Ledor que me ajudaram a enxergar os meus limites e minhas possibilidades de atingir meus objetivos.

Gostaria também de agradecer a todos os Senadores e Senadoras o apoio que têm me dado em minha circulação permanente, inclusive no plenário do Senado. Agradeço também a meus colegas de gabinete, no dia-a-dia, no convívio rotineiro, o incentivo que têm me dado.

Tenho que agradecer principalmente...

Repto, para quem está assistindo à TV Senado, que é um rapaz cego que trabalha conosco aqui no Senado.

...minha família: minha mãe, Corina Trindade; meus irmãos: Flávio, Eliane e Leandro e, em especial preciso dedicar esta vitória a meu pai, João Ambrósio, que jamais deixou que eu me sentisse incapaz e que há seis meses partiu deste mundo e não pôde ver ingressar na universidade o único de seus quatro filhos que ainda não possuía formação superior.

Ele dizia sempre: "Nunca desista, vá sempre em frente, seja até um pouco atrevido".

Preciso agradecer acima de tudo a Deus, a oportunidade da vida, as experiências que me levaram à compreensão de que se me faltam os olhos físicos, não me faltou a visão interior, a visão que me permite ver a beleza da criação de Deus, a beleza do ser humano que traz em si a capacidade da superação dos limites.

Portanto, o texto não é meu, é todo ele do Luciano. Foi ele que o escreveu.

Espero que essas palavras do Luciano sirvam de incentivo a outros portadores de deficiência que sonham com uma vaga na universidade. **Não desistam**, é o que dizem essas palavras em sua essência e o que tem que estar permanentemente nos acompanhando.

Congresso Federal, não deixe, não perca a oportunidade de aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência!

Senador Sergio Zambiasi, esse é o texto que o Luciano escreveu e que fiz questão de ler. Ouço agora o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, quero me somar à emoção de V. Ex^a. Conheço o Luciano, cruzo com ele quase todos os dias nos corredores deste Congresso, onde ele faz, entre muitas outras atividades em seu gabinete, exatamente a coleta de assinaturas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ele opera com a maior tranquilidade os computadores, sem

enxergar. Já eu, de olhos abertos, opero quase nada. Inclusive V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, me ajudou a colocar o *slogan* há algum tempo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB – RS) – E veja V. Ex^a como nós ainda somos preconceituosos, inclusive nas expressões, pois nós, sociedade, ainda chamamos e identificamos pessoas como o Luciano como deficientes. Na realidade, deficientes, que nada! Essas pessoas, em muitos casos, são mais eficientes que nós, pessoas ditas normais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem colocado.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Quero refletir exatamente sobre essa manifestação, essa mensagem que o Luciano escreveu, essa vitória pessoal dele, rompendo com as inúmeras barreiras que ainda existem para as pessoas portadoras de deficiência. Chamo a atenção para o trabalho de V. Ex^a, para o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Infelizmente, ainda precisamos de leis para que as pessoas portadoras de deficiência possam ser respeitadas. Lembro, Senador Paulo Paim, que os prédios, as cidades ainda não se adaptaram. Presidi a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2001 e 2002 e encontrei a Casa absolutamente despreparada para receber pessoas portadoras de deficiência. Os 55 parlamentares e suas assessorias nos mobilizamos para que nos adaptássemos, e o fantástico foi que, na eleição seguinte, dois parlamentares portadores de deficiência foram eleitos e encontraram o plenário adaptado, inclusive com elevador, para chegarem até a tribuna em suas cadeiras de rodas e poderem se manifestar adequadamente com todas as condições.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse é um pleito das pessoas com deficiência, inclusive na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e que V. Ex^a, quando estávamos juntos à Mesa, já tinha colocado que seria preciso fazer também no Senado. Quero dar este testemunho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB – RS) – Presidenta Heloísa Helena, nestes momentos, em que o Parlamento discute essas questões, provocamos reflexões junto à sociedade; temos que olhar como nós, sociedade, estamos buscando soluções para essas questões. É importante realmente levantar o debate, Senador Paulo Paim, e, com isso, fazer andar o Estatuto, para que, logo ali, em frente, esse documento possa estar nas mãos de cada cidadão, nas mãos de cada família, que possa estar lá na sala de aula, para que essa questão comece a ser enfrentada de forma coletiva e, assim, não haja segregação. O grande problema é exatamente a segregação. Lembro, e quero aqui registrar, que, nas últimas feiras do livro, em Porto

Alegre – uma das manifestações culturais mais bonitas que acontecem no Brasil e talvez na América do Sul –, a presença do Senado Federal com suas publicações em braile. Distribuímos Constituições em braile, Senador Paulo Paim. Estivemos, junto à Associação de Cegos, recolhendo sugestões para novas publicações, que já estão junto à administração do Congresso. Por isso, cumprimento V. Ex^a pela abordagem desse tema extremamente importante. Penso que são espaços generosos que estamos recebendo a fim de que a sociedade saiba que estamos preocupados em buscar soluções contra esses preconceitos, que ainda são muito pesados na vida dessas pessoas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, agradeço a V. Ex^a, que fortalece na sua fala a importância do debate sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, cujo Relator, Senador Flávio Arns, está dialogando com a sociedade. Disse-me S. Ex^a, ainda ontem, que a última versão – naturalmente vai apresentar um Substitutivo a partir da visão global da sociedade – será divulgada na semana que vem, já que a CNBB decidiu que a Campanha da Fraternidade buscará a inclusão da pessoa com algum tipo de deficiência. Aproveitando a Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, um dos eixos será o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Terminando essa parte ligada ao Luciano, ele quis somente que eu comentasse na tribuna que o exemplo dele é um dos tantos outros que existem no País. Mas que seja divulgado que é possível chegar lá.

Bom, Sr^a Presidente, o Luciano, assim como o Santos Fagundes, que trabalha conosco no Rio Grande do Sul, é também cego e cursa, lá no Estado, a Ulbra.

E aqui quero dar um dado interessante. Alguém pergunta: Como é que o Paim se envolveu tanto – são tantos os deficientes – exatamente com os cegos? É que eu tive uma irmã, Senadora Heloísa Helena, que era cega. Infelizmente ela faleceu há cerca de 6 ou 7 meses; tinha glaucoma com diabete e foi chegando a um ponto em que, infelizmente, faleceu.

Só quando senti – e V. Ex^a também me contava algo semelhante – o problema na família – ela ficou cega há aproximadamente 20 anos –, é que percebi o quanto estávamos longe de entender, trabalhar e contribuir para que a sociedade aceite e não discrimine as pessoas com deficiência.

A Marlene está lá em cima neste momento, e tenho certeza de que ela está nos olhando, pois tem um carinho muito grande por nós todos. Ela não via, naturalmente, porque era totalmente cega, mas ouvia os debates que fazíamos aqui no Congresso Nacional.

Falo um pouquinho também, por questão de justiça, de Santos Fagundes. Um dia talvez possamos trazê-lo aqui para uma audiência pública, e ele vai falar do projeto Cantando as Diferenças, do qual é o mentor. Esse projeto cresce muito no Rio Grande do Sul e tem por objetivo a inclusão política, econômica e social das diferenças, articulando municípios e comunidades para a adoção de medidas práticas que contemplam idosos, negros, índios, portadores de deficiência, os que ganham salário mínimo, desempregados, enfim, aquele setor da sociedade que normalmente é marginalizado.

Já temos como parceiros, nessa grande caminhada: Ipesa, Ulbra, Copelmi, Sintec, Medex, Prefeitura Municipal de Gravataí, Prefeitura Municipal de Santa Rita, Prefeitura Municipal de Taquari, Banco do Brasil – já está colaborando com o projeto Cantando as Diferenças –, Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul também já está colaborando com esse projeto – quando digo colaborando, não me refiro a verbas, pois não há verba alguma, mas o fazem divulgando, imprimindo cartazes, participando das audiências, mandando representantes –, Faders e o programa Elo Náutico, da Rádio Vale Feliz – lá do Caí.

Várias cidades estão tendo resultados muito positivos. Houve uma semana do Cantando as Diferenças em que nós, principalmente o Santos Fagundes – eu disse a ele que não adianta o Senador Paulo Paim ir lá fazer o discurso, porque quem tem que falar na praça é ele, que é o articulador –, colocamos quatrocentas, quinhentas, mil, duas mil pessoas na praça para discutir as diferenças. Foi belíssimo. Isso ocorreu em Gravataí, Santa Rita e Itaquari.

No dia 17 de março, o projeto Cantando as Diferenças 2006 será realizado em Gravataí, com apoio do Ministério da Educação nesse caso e da Prefeitura Municipal de Gravataí, por meio da Secretaria de Educação. Teremos também seminários e 36 oficinas que irão abordar as diferenças. Dessas oficinas, todo o material produzido será em forma de poesias, que participarão do Festival Musical do mês de junho em Gravataí. As poesias classificadas serão gravadas em CD.

Esse projeto é uma ampla e gradual mudança do modo de enxergar as mais variadas diferenças de gênero, raça, idade, condição física, ou seja, uma mudança de consciência e atitude – quero dizer que grande parte desse pronunciamento agora que estou fazendo quem escreveu foi Santos Fagundes, sendo que o Luciano escreveu a primeira parte – junto à sociedade, a empresários e ao poder público, pelo reconhecimento da diversidade de sua gente. E, em um

resgate histórico, dar-se-á cada vez mais voz à grande maioria do nosso povo, que, por um motivo ou outro, sempre esteve discriminado.

O reconhecimento pelo Estado ao direito pleno da acessibilidade de todos os seus cidadãos, independentemente de sua origem étnica, da faixa etária ou da condição física, aos benefícios de uma política que os contemple com suas diferenças é a expressão plena da cidadania e da democracia.

Srs e Srs. Senadores, concluindo, Cantando as Diferenças é um projeto de cuja criação tenho muito orgulho de ter participado. A idéia desse projeto surge no Rio Grande do Sul, no CIPP* (Centro de Integração Paulo Paim), que é o símbolo do meu gabinete e cujo coordenador é o Santos Fagundes, junto com o Flávio.

Na verdade, Srª Presidente, esse é um sonho de nós todos, creio, de um dia podermos cantar juntos, homens e mulheres, deficientes ou não, brancos e negros, índios, judeus, palestinos, em que prevaleça, na discriminação religiosa, o culto ecumênico, em que todas as religiões sejam bem-vindas, em uma grande canção, e que a poesia seja o ponto de ligação, pela magia da rima, forma como os poetas, enfim, contam a vida dos povos e da humanidade; em que os desempregados recebam a solidariedade dos empregados e dos próprios empregadores; em que os pobres, Senadora Heloísa Helena – V. Exª bate muito nessa tecla –, possam ter o direito de sentar-se à mesma mesa dos ricos e ver, efetivamente, o pão dividido; em que os idosos e as crianças cantem e caminhem juntos; em que a poesia e a igualdade se encontrem; em que o salário mínimo e os benefícios da Previdência não sejam mais discriminados e, sim, valorizados; em que os homens falem do respeito à natureza. Enfim, Srª Presidente, em que o amor esteja em primeiro lugar. Esse é o Cantando as Diferenças. Por isso, tenho orgulho de ter visto esse projeto nascer, em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Exª pede mais um aparte, e é com muita satisfação que o concedo a V. Exª.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, acompanho a sua manifestação, em que faz diversas abordagens, mas, no fundo, aponta para o caminho do respeito e da solidariedade. E é exatamente esse o princípio proposto pelo evento Cantando as Diferenças. São esses movimentos realmente que nos provocam a reflexão, a participação e a superação desses problemas que ainda enfrentamos no nosso dia-a-dia, no nosso cotidiano. V. Exª abriu a sua manifestação abordando uma questão que é comum praticamente em todas as classes sociais, que é o

problema da droga, da drogadição. Aliás, um dos jornais de hoje, daqui de Brasília, trata da prisão de sete jovens, aqui no Lago. Até lembro o início da matéria: "Ricos, cultos e traficantes". Foram apreendidas drogas, e presos seis ou sete rapazes que estariam com alguma reserva de droga para ser vendida agora, no carnaval. Recebi esta semana um e-mail que, com a permissão de V. Ex^as, Senador Paim, Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de ler para registrar aqui o que é o drama da drogadição junto às famílias pobres das periferias, que buscam socorro, que gritam, mas seus gritos não encontram eco, levando uma mãe a ameaçar jogar-se diante de um carro na frente do fórum para buscar a internação do seu filho adolescente, dependente de drogas, dependente de crack. Quero ler as expressões de quem me mandou o e-mail para que se possa perceber a profundidade do drama que essas pessoas vivem e dimensionar o que é, para uma mãe pobre, que tem dificuldade de pagar uma passagem de ônibus, buscar socorro, lutar para salvar o seu filho de dezesseis anos de idade. É a irmã dele que escreve para mim e, seguramente, para toda a sociedade – ao escolher se dirigir a uma pessoa pública, mostra que quer revelar à sociedade o seu drama e quer denunciar o seu problema.

Meu irmão mais novo é dependente químico. Ele usa, entre outras drogas, pedra (*crack*). Infelizmente, por este motivo, ele acaba roubando tanto na rua como dentro de casa. Ele tem dezesseis anos e já usa drogas há muito tempo. Nunca quis se ajudar, foi internado várias vezes. Todas essas vezes foi muito complicado, pois minha mãe é faxineira, vive das suas faxinas e do que ganha dos outros. Ela faz o possível e o impossível para ajudá-lo, e dá o que pode para ele e minhas outras duas irmãs. Ela sempre encontra muita dificuldade para interná-lo, precisa pedir passagem aos vizinhos e, quando chega ao fórum, é mal atendida, e nunca deixam ele tempo suficiente nas clínicas para que ele possa se desintoxicar.

E ela acrescenta:

Desta vez foi pior. Apareceram uns homens armados que minha mãe não sabe quem são na casa deles, procurando meu irmão para matá-lo. Eles se fecharam em casa com medo, meu irmão se deitou no chão da cozinha desesperado, com medo que eles atirassem na casa e pegasse nele. Eles rondaram a casa por muito tempo e depois foram embora. No outro dia, minha mãe foi correndo ao fórum

pedir socorro. Ela pediu para que prendessem meu irmão...

Vejam só o desespero da mãe: ela vai ao fórum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pedir que prendam o menino para protegê-lo.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Ela foi ao fórum pedir que prendessem o seu filho – como ele é menor, seria uma detenção.

Ela continua:

Ela pediu para que prendessem meu irmão, pois, na cabeça dela, preso ele estaria seguro, pois lá eles não poderiam matá-lo. Mal sabe a mãe que matam também dentro das prisões. A advogada disse que isso não era possível, que ela não poderia mandar prendê-lo. Então, minha mãe disse que não ia sair de lá enquanto eles não a ajudassem.

Essa é uma realidade cruel, dura. Algumas elites podem até imaginar que a leitura de uma carta como essa pode ser apelativa, mas acho que não é.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é apelativa e V. Ex^a não está falando de um caso individual, por isso procede a leitura que V. Ex^a faz. As famílias que têm dependentes químicos e quem está nos assistindo neste momento sabe que essas ameaças são reais e acontecem na maioria das famílias, só que ninguém tem coragem de fazer essa denúncia que V. Ex^a está fazendo com a leitura da carta que recebeu.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Sei que não é convencional ler uma manifestação como esta num pronunciamento em plenário, mas acho que temos de trazer, Senadora Heloísa Helena, aqui para dentro, a realidade das ruas, a realidade das vilas, a realidade das periferias. É assim que a periferia vive, esse é o cotidiano da periferia, distante da proteção do poder, Senador Paulo Paim, poder inacessível a essas pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho que essa realidade tem de ser descortinada para, de forma coletiva e solidária, buscar-se uma solução.

Perdoe-me, pois minha fala está avançando no tempo de V. Ex^a. Agradeço a generosidade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O pronunciamento de V. Ex^a já faz parte do meu discurso, portanto, V. Ex^a tem todo o direito – entendo que a nossa Presidente também pensa assim – de concluir com a tranquilidade devida.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Para um tema tão importante como este, os senhores terão todo o tempo que entenderem necessário.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

Concluo esta minha manifestação dando voz a um desabafo, a um grito de socorro de uma família que chegou às minhas mãos e eu gostaria de tornar público.

Continuo lendo:

Minha mãe disse que não ia sair de lá enquanto eles não a ajudassem ou então sairia e olhem o desespero da mãe que, não encontrando outra saída, disse que se atiraria na faixa na frente do fórum.

A pessoa que escreve diz ainda:

Com muita dificuldade conseguiram uma clínica para ele, mas se negaram a ficar com ele por mais de um mês. Disseram que o governo não libera verba, que o prefeito tem de pagar para ele ficar por lá por mais tempo, e ele só paga um mês. Sempre disseram que, quando ele realmente quisesse se ajudar, ele ia ter essa ajuda, mas agora constatamos que isso é mentira. Ele está implorando por ajuda, mas sabe o que fizeram? Liberaram ele em quinze dias, pois disseram que não podem ficar com ele por mais tempo.

Aqui é revelada a dureza da realidade:

Ele é menor, viciado, pobre... e está implorando ajuda. Por favor nos ajude. Não temos dinheiro nem para passagem, quanto mais para pagar uma clínica particular. Se ele voltar para casa vão matá-lo ou então o crack o mata.

As duas opções que o jovem tem: volta para casa, e os que o tornaram dependente podem matá-lo, porque ele tem conta, ele está devendo, ou então o próprio crack vai matá-lo.

Mas parece que ninguém está preocupado com isso. Minha mãe está aterrorizada, doente dos nervos e da pressão. Por favor nos ajude a manter meu irmão vivo.

Quero dizer que tão logo recebi esse *e-mail*, Senador Paulo Paim, movimentei todas as minhas relações com a comunidade em Porto Alegre. Estamos, junto com a mãe, com a irmã, a família, tentando encontrar saídas. Mobilizei imediatamente o Centro Vita, que V. Ex^a conhece, o Major Sérgio...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Conheço. Belíssimo trabalho de V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – ...a assistente social Maria Lúisa e outras instituições que, de alguma maneira, buscam apoiar pessoas nessas situações.

Estamos, junto com a família, tentando reencaminhar esse jovem para que ele possa desintoxicar-se, possa voltar a uma escola e possa, quem sabe, encontrar um caminho adequado para a sua vida.

Fiz questão de utilizar o espaço de sua manifestação porque sei do seu trabalho voltado para essas minorias que, aos poucos, estão se concentrando na base de uma pirâmide de gelo cada vez mais larga e vivendo em situação cada vez mais difícil. Entendemos que o setor público, ou seja, a Prefeitura, o Governo do Estado e o Governo Federal, devem, de forma conjunta, apoiar programas para que essas questões sejam efetivamente combatidas.

Agradeço a generosidade da Presidente Heloísa Helena e a oportunidade que V. Ex^a, Senador Paulo Paim, abre para que esses temas de relevância social possam ser abordados da tribuna do Congresso Nacional e, repercutindo no País, encontre-se uma saída conjunta. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, primeiro cumprimento V. Ex^a pela contribuição que trouxe ao meu pronunciamento. Esse é um tema que considero de suma importância. É a nossa juventude envolvida nessa dependência. Aí, Senadora Heloísa Helena, podemos falar do *crack*, maconha, cocaína e tantas outras.

Quero partir dessa última frase que V. Ex^a disse baixinho aí. Ontem assisti a um discurso de V. Ex^a – também participou o Senador Magno Malta – sobre o álcool. O álcool é uma droga tão perniciosa, tão perigosa e tão maldita quanto essas outras. Ontem, embora estivesse em meu gabinete, ouvi V. Ex^a dizer aqui – o Senador Magno Malta pode confirmar – que o álcool é tão perigoso quanto essas outras drogas, mas que é mais fácil ter acesso a ele – permita-me repeti-la, Senadora Heloísa Helena.

É mais fácil libertar um jovem da dependência das drogas chamadas pesadas do que do álcool. Quem ficar dependente da bebida alcoólica terá mais dificuldade de se libertar – veja bem o absurdo dessa realidade. Por isso, Senadora Heloísa Helena, encaminhei à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – sei que terei o apoio de V. Ex^a – e foi aprovado por unanimidade, proposta de realizarmos durante o mês de abril, para termos um mês para preparar, uma audiência pública sobre este tema – sei que V. Ex^a, inclusive, tem diversos projetos que até hoje não foram votados e não sabemos por que não votar projeto nessa área –, para discutirmos esta questão da dependência química na sua amplitude, que vai do álcool, do famoso álcool, a todas as outras. E fazermos um grande debate na sociedade para combater o crime que é cometido contra a nossa juventude.

Mas para concluir, se V. Ex^a me permitir, Senadora Heloísa Helena, vou falar de uma pessoa que sei que V. Ex^a gosta muito também. Recebi diversas correspondências em meu gabinete criticando a Deputada Federal do Rio de Janeiro Juíza Denise Frossard, e estranhei: mas a Denise, Deputada que V. Ex^a e eu conhecemos, por quem temos o maior carinho? Antes de fazer qualquer pronunciamento que fosse ou de fazer uma crítica, até numa rádio do Rio de Janeiro, como estavam propondo, liguei para ela. Depois de falar com ela, resolvi vir à tribuna e falar um pouquinho em defesa dela. Refiro-me, neste momento, a um fato que ocorreu há alguns dias e que a imprensa inclusive veiculou bastante. Refiro-me às palavras utilizadas pela Deputada Juíza Denise Frossard em fundamentação ao seu relatório a um projeto – o de nº 5.448 – que trata da pessoa com deficiência, do Deputado Nelson Pellegrino.

Na ocasião, muito foi dito a respeito, e senti-me no dever de procurar a Deputada e esclarecer o ocorrido. Entrei em contato com a Deputada e prontamente ela me explicou o que estava havendo. Ela me relata que o fato ocorrido foi um erro no parecer de um relatório apresentado, estritamente técnico, de um projeto sobre a pessoa com deficiência.

A Deputada, emocionada, desculpa-se do fato a todas as entidades, salientando inclusive que já havia pedido desculpas publicamente. Ela disse também que o antigo parecer que suscitou a crítica por algumas entidades havia sido recolhido, e ela inclusive, mostrando o seu compromisso com as pessoas com deficiência, pediu que as entidades fizessem o relatório: "Sentem comigo e vamos fazer o relatório a quatro mãos". Assim mesmo as críticas continuaram a ser colocadas na Internet.

A Deputada esclareceu a questão a todos aqueles que a procuraram, encaminhou correspondência à Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, cujas cópias gentilmente encaminhou ao meu gabinete.

Srs. Senadores, se fiz menção a este fato é porque senti que abordá-lo era minha obrigação, em defesa de uma pessoa por quem tenho o maior apreço, pela sua conduta ao longo de sua vida, independentemente da questão político-partidária. Fiz isso em nome da sensibilidade que vem a ser o foco deste pronunciamento. Fico feliz que a Deputada Juíza Denise Frossard tenha reconhecido o erro cometido pelo assessor que trabalhou nessa matéria e tenha recolhido o seu relatório para que ele fosse realmente concluído com a participação das entidades das pessoas com deficiência.

Termino dizendo que foi um gesto de coragem, de sensibilidade e de humildade de uma grande mulher. Somente aqueles que conseguem ver, no meu entendimento, além do horizonte é que fazem gestos como este. Por isso, parabéns, Deputada Juíza Denise Frossard.

Esse gesto nos lembra de pronto o quanto temos de tratar com a devida sensibilidade este tema, para não cometer injustiças como essa que queriam fazer com a Deputada. Felizmente, a questão agora está resolvida.

Fico muito feliz também em poder trazer aqui, pelo espaço que V. Ex^a me permitiu, um pouco da história do Luciano e do Santos. Concluo a minha fala dizendo: parabéns, Santos! Parabéns, Luciano! Vocês são vencedores. Obrigado pelo exemplo que vocês estão dando. Entendo que as pessoas com deficiência haverão de ocupar o espaço a que têm direito na sociedade.

Por isso, Senadora Heloísa Helena, termino dizendo: parabéns Luciano! Parabéns a todos vocês, familiares, entidades e àqueles que se dedicam à causa da inclusão, da participação, da cidadania das pessoas que têm alguma deficiência. Sempre digo que nós todos ao chegarmos na velhice, se Deus quiser, também teremos deficiências. Já as temos hoje. Eu tenho as minhas. Mas teremos outras pela velhice, que é natural: não correremos tanto, já estaremos com a espinha um pouco mais curvada, a memória não será a mesma, a visão não será a mesma, é um processo irreversível. Então, não ter esse carinho, esse respeito com as pessoas bem mais jovens que têm algum tipo de deficiência e com as bem mais velhas que têm outras deficiências e outras mais terão, infelizmente, é não ter solidariedade, é não ter grandeza, é – como eu gostaria de dizer – não ver além do horizonte. Por isso, parabéns a vocês todos que têm sensibilidade com aqueles que são discriminados, entre eles as pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço e parabenizo V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que, juntamente com o Senador Sérgio Zambiasi e o Senador Pedro Simon, trouxe ontem a esta Casa um debate tão importante e tão especial sobre a banalização da pobreza, da deficiência, da violência, de como as pessoas passam a encarar com naturalidade aquilo que jamais poderia ser encarado desta maneira, mostrando a existência de uma hierarquia perversa e maldita entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres e entre pessoas que foram marcadas pela natureza de forma diferenciada e que são chamadas de "deficientes físicos". Às vezes, inclusive, ficamos tentados a chamá-las de "pesso-

as especiais". Muitos amigos que tenho e que eram chamados especiais diziam sempre assim: "Não, Lô, especial é você; especial sou eu. O que tenho é uma deficiência física mesmo".

Também nós, Senador Paulo Paim, temos uma deficiência física: sem óculos nem V. Ex^a nem eu andaríamos por aqui. Com certeza. Então, que sejamos capazes de entender isso. E, do mesmo jeito, faço um apelo a V. Ex^a. Sei que tenho seu apoio. V. Ex^a, inclusive, na época, fez questão de ir à Comissão de Educação para, junto ao Relator, Senador Aelton Freitas, que também quis dar o parecer favorável, conseguirmos fazer com que a transmissão das sessões do Senado também sejam feitas em Libra. Já existe um programa na TV Senado no qual é feita a transcrição imediata em Libra, pois apenas aparecer o letreiro na televisão não serve, porque nem todos os televisores têm o dispositivo. Além disso, a gramática e a pontuação do surdo-mudo é diferenciada. Assim, por ser a TV Senado também uma tevê educativa, ela possibilita a democratização do acesso pela visualização. E já é natural as pessoas se comunicarem por meio de gestos com as mãos.

Tenho uma minha filha de leite que é cega, a Fabrícia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AC) – Comentou V. Ex^a em outra oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – (...) e muitos amigos, como também tenho amigos que são surdos-mudos. E como eu tenho uma filha afilhada que é terapeuta ocupacional, os surdos-mudos brigam comigo. Há, inclusive, um funcionário de serviços gerais, terceirizado, aqui na Casa, que é surdo-mudo. Ele me ensina gírias, as mais diversas, inclusive quando eu tiver que atacar alguém da elite política sem que ele saiba é por meio da linguagem dos surdos-mudos que vou fazê-lo. E me apelidam, sabem muitas coisas etc.

Eu já tentei. Talvez V. Ex^a, junto à Comissão, tenha oportunidade de conseguir a transmissão em Libra, ao vivo, das sessões do Senado para que possamos democratizar o acesso. E estarei lutando para que as pessoas passem a ver com naturalidade os meninos e as meninas se comunicando em Libra também.

Então, que isso possa ser democratizado. E, da mesma maneira, uma coisa que eu tentei muito, também, aqui no Senado – daqui a pouco termina o meu mandato e eu não vou conseguir ver isso concretizado –, se V. Ex^a conseguir no ano que vem, vou me sentir muito feliz...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos conseguir neste ano, com a presença de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Eu sei que o Senador José Sarney se esforçou

muito, fez muitas publicações em braile como, também, todas as Mesas Diretoras do Senado têm feito também. O Senador José Sarney teve, inclusive, a delicadeza de, carinhosamente, mandar para mim a primeira Ordem do Dia em braile. Mas espero que nós, Senadores e Deputados, possamos também ter uma quota de publicação em braile que não precise ser convertida na da grafia comum. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, para que nós possamos publicar 100 livros em braile, temos de abrir mão de publicar 35 mil livros considerados visíveis, por cada um de nós, com essa grafia. Então, se os Parlamentares puderem ter essa cota em braile e que não precisasse ser convertida na comum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Facilitaria muito.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Facilitaria muito que as pessoas pudessem fazer essa publicação.

Espero, então, que, se eu não conseguir ver no exercício do mandato, V. Ex^a, junto à Comissão, faça todo o esforço necessário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, se V. Ex^a me permite, primeiramente eu entendo que há possibilidades de conseguirmos neste ano, mas eu não quero, também, descartar que V. Ex^a não estará aqui no ano que vem, porque V. Ex^a tem três possibilidades reais: voltar como Senadora – e V. Ex^a sabe que as pesquisas mostraram que V. Ex^a voltaria como Senadora; V. Ex^a pode ser Governadora de seu Estado de Alagoas – as pesquisas mostram também – e V. Ex^a, também, está aqui em pleno mandato e tem com um belo índice nas pesquisas para Presidência da República.

Então, tenho a certeza de que, de uma forma ou de outra, V. Ex^a estará nesta Casa e no conjunto da sociedade, fazendo um grande trabalho, no ano que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, de coração, como sempre, a generosidade, o carinho e o companheirismo, e independentemente de qualquer coisa e de onde estivermos, mesmo que eu esteja em sala de aula, no ano que vem, quero que esta causa, esteja permanentemente, como sei que já está, no coração de V. Ex^a, do mesmo jeito que tanto V. Ex^a, como o Senador Sérgio Zambiasi, Senador Magno Malta, Senador Pedro Simon e tantos outros trazem a questão da exploração dos filhos da pobreza, que são tragados, pela marginalidade e pelo narcotráfico, como último refúgio. E só vão porque outras coisas não têm para fazer.

Sabe V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que, dificilmente, uma criança – são raros os casos; existem, mas são raros – que tem acesso à educação, ao lazer, à cultu-

ra, à expressão mais bela, à exploração mais bela do mundo, é tragada pela marginalidade, pelo narcotráfico, como último refúgio. Existem casos, é fato, e quando acontece nos pobres, a situação é muito mais grave. E, às vezes, as famílias ricas escondem, para ficar sob a égide da farsa da família perfeita, como se família perfeita pudesse haver, e acabam jogando mais ainda seus filhos no submundo da marginalidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para não enfrentar a questão publicamente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Exatamente. E as crianças pobres, como sabe V. Ex^a, que já falou aqui, como eu já falei também, cada vez mais pequeninhas, são tragadas pela marginalidade. Todos os dados mostram isso: crianças de cinco e seis anos, agora, são as mais escolhidas para se tornarem olheiras da estrutura do narcotráfico. São escondidas facilmente embaixo de uma caixinha, recebem pelo “trabalho” realizado um sanduíche de mortadela, a proteção do traficante, a iniciação no craque, para que, pela dependência o resto da vida, fique refém daquele serviço. E toda a estrutura maldita que movimenta o mundo do narcotráfico fica absolutamente intocável, porque só quem tem iate e avião para transportar pasta-base de cocaína, solvente e outras coisas mais, sem dúvida, é a elite política e econômica, poderosíssima, que tem raízes na estrutura do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário. É uma coisa terrível.

V. Ex^a diz que promoverá um seminário, que eu quero ter a honra de participar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos participar juntos na elaboração, inclusive.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O seminário será sobre uma droga psicotrópica, infelizmente, com potencial provocador de mais danos proporcionalmente do que todas as outras: o álcool. Ele é uma droga psicotrópica, infelizmente, socialmente aceita e irresponsavelmente estimulada pela publicidade oficial e pela covardia de parte do Congresso Nacional – não de V. Ex^a nem minha – e pela covardia do Palácio do Planalto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a me permitir dar um depoimento bem pessoal. O maior problema que eu tenho na minha família – veja bem, na minha família – é o problema do álcool.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Na minha, na sua e em muitas outras famílias brasileiras. E não nos move, nem a V. Ex^a nem a mim, nenhum falso moralismo, nenhuma conveniência do moralismo farisaico. O que nos move é uma questão de saúde pública e uma preocupação, até porque os estupros de crianças, a violência contra as mulheres,

os acidentes de trânsito que matam e fazem pessoas morrer, os assassinatos e a violência são vinculados também a essa droga psicotrópica.

Então, agradeço e parabenizo V. Ex^a pelas iniciativas e pelo pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Embora muito ainda havendo a tratar, mas sem mais oradores inscritos, encerro esta sessão, convocando para quinta-feira, dia 2 de março, às 14 horas, uma sessão não deliberativa. E para a próxima sexta-feira também, às 9 horas da manhã.

Encerro mais uma vez esta sessão com a nossa cantilena de pedir a Deus, embora saibamos que não depende Dele, que a elite política e econômica tenha vergonha na cara e amor no coração, o que certamente ajudará muito o nosso País!

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 56 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, tem dado o que falar, mais do que as viagens do Presidente Lula, a forma como ele as tem realizado.

Afirma serem de trabalho e vemos, por exemplo, a inauguração, várias vezes, de um mesmo trecho de aeroporto; a inauguração de pedra fundamental de universidades para ser concluída não sei quando, caracterizando nitidamente desrespeito à lei eleitoral e caracterizando nitidamente campanha eleitoral disfarçada, mas campanha eleitoral. O Presidente coloca a máquina do Estado brasileiro a serviço de sua candidatura desrespeitando em níveis inéditos a consciência dos brasileiros.

Sr^a Presidente, peço a V. Ex.^a autorizar a inclusão nos Anais da Casa de editorial de **O Estado de S. Paulo** do dia 22, ontem, em que esse editorial diz coisas do tipo que, aliás, parafraseando o Presidente, “que nunca antes neste País o Presidente conseguiu inventar tantos pretextos para aparecer nos telejornais um dia sim, o outro também”. Mais ainda, se refere a “dois lançamentos de pedra fundamental de campi universitários com ‘visita ao futuro prédio’, ou seja, parece aquela figura que vende terreno na lua ou a daquele construtor pouco escrupuloso das anedotas e até das realidades, que vende o mesmo apartamento

trezentos e um, que tem vista para o mar, para o rio para três ou quatro pessoas.

Quando as pessoas vão lá... Esse, pelo menos, ainda tem o prédio pronto. O Presidente lançou a pedra fundamental e depois foi visitar um terreno. Ele inaugurou o futuro prédio. Não tem nada ali. Ele disse "aqui vai ser o prédio". Aqui podia ter dito "aqui vai ser um avião, aqui vai ser um navio, aqui vai ser um chiqueiro", qualquer coisa que ele dissesse.

Muito bem. Aí, ele diz: "duas visitas a obras em universidades federais" – e um 'anúncio das obras do novo **campus**' de uma terceira. Ele anunciou, foi inaugurar o anúncio das obras de um **campus** universitário.

No trecho, diz o editorial do **Estadão**: "Pena que a explicação fosse chacrinhesca" – "Chacrinhesca" é de Chacrinha. Na verdade, Chacrinha foi um grande artista. A comparação é infeliz do ponto de vista de que Chacrinha merecia todo respeito – "feita para confundir a Justiça Eleitoral, antes de mais nada – e não para esclarecer."

Aí, acrescenta o Presidente: "Nós trabalhamos três anos plantando. Agora, está na hora de nós colhermos", disse isso em uma das suas raras entrevistas, em 22 de janeiro". E segue o Presidente, "Eu vou continuar andando no limite do tempo que eu tenha para tomar decisão". A decisão seria assumir oficialmente que disputará o segundo mandato. Ele assume que está claramente transgredindo a Lei Eleitoral, está delinqüindo em relação à legislação eleitoral. Esse é um comportamento delinqüente em relação à Lei Eleitoral.

Muito bem, então vem ele novamente: "Eu não sou obrigado a assumir candidatura. Quem são obrigados são os adversários, que têm de se afastar em março".

Assinala então o **Estadão**: "Ao se fingir de Presidente..." – e isso é muito grave, tratando-se de um jornal vetusto como **O Estado de S. Paulo** – "Ao se fingir de Presidente, para não ser pilhado como o que é – um candidato que se serve da condição de Presidente para promover a sua candidatura – Lula como que se apropriou, a fim de escarnecer da legislação eleitoral, da língua para fora que é a marca dos Rolling Stones. Mas alguém há de tê-lo advertido de que a versão pastoral da colheita poderia não bastar para neutralizar uma ação judicial por seus safáris em busca de votos. Pois, enquanto sua equipe tratava de tomar providências cosméticas – no sentido de disfarçar a feiúra ética do comportamento do chefe – pedindo à companheirada que se abstinha de falar em reeleição nos palanques armados para isso, Lula invocou um novo pretexto, presumivelmente à prova de processos, para continuar fazendo mais do mesmo".

Então, o editorial afirma que o Presidente diz estar viajando para fiscalizar – aquilo que ele deveria

mandar os seus ministros fazerem. Mas ele diz que ele próprio vai fazer.

E acrescenta: "Mesmo presumindo que ele saiba como quer que andem essas obras – o que engloba mais do que acompanhar o cumprimento de um cronograma de trabalho –, o argumento desdenha da inteligência do público".

Finalmente, ele conclama o meu Partido e o PFL. E se há indecisão, se há mau encaminhamento, a culpa tem sido mais do meu próprio Partido. Essa é uma hora em que temos de aliar, no meu Partido, generosidade, coragem, ousadia, bom senso e pouco egoísmo. Ou o Lula não é tão perigoso assim, ou o meu Partido precisa aprender que vai pagar um preço muito caro se ficar colada na imagem dele ou de qualquer dos seus líderes a idéia do egoísmo, a idéia do querer demais, enfim. Peço que isso vá para os Anais.

Leio também uma matéria que é fantástica. Antes de mais nada, peço que vá para os Anais só o título: "Eleições 2006 – Lula ataca elite e faz promessas para até 2008". Crime eleitoral, ou seja, prometendo para 2008, ele supõe que se elegerá em 2006. Então, ele está, na verdade, usando o palanque oficial, o dinheiro público, para trabalhar como candidato fora do período aprazado para isso.

Ele ataca a elite, e o faz o tempo inteiro cercado da elite de cada Estado que visita. E numa hora em que se anunciam os lucros dos bancos e o Presidente diz que é contra a elite, que joga sempre na direção dos menores da sociedade. Aqui temos: "Polícia Federal indicia Lamas, ex-tesoureiro do PL". É um negócio impressionante como ainda se vai contar uma história. Tinha que se chamar Lamas? Pense bem. Podia ser qualquer outro, mas Lamas é algo que vai do trocadilho à verdade.

Quero apenas a parte dos cabeçalhos dos jornais, Sr^a. Presidente. Aqui há uma foto do Presidente, de short, parecendo o Arnold Schwarzenegger, dizendo – e aí ele confessa o crime – que "o homem público faz campanha 365 dias por ano." Isso depois de haver falado mal de cidades do seu Estado, Senador Mão Santa. Ele diz assim: "Eu estou chateado porque venho ao Piauí desde 1980. É a primeira vez que visito Parnaíba. Vou levar essa mágoa dos companheiros do meu partido, porque só me levaram para Picos, para Oeiras, para Floriano – aí diz o jornal 'cidades que ficam no Sertão' – e aqui que tem praia nunca me trouxeram, mas hoje eu me vinguei deles, levantei às 5h30m e, às 6h30m, sem chamar o Wellington – o Governador –, eu fui para a praia sozinho, tomar um banho de praia".

Ou seja, ele acorda cedo para se vingar dos outros, não para trabalhar. Ele acorda cedo para se vingar de alguém. É um caso crônico de preguiça, de inape-

tência, de falta de aplicação ao cumprimento do dever. Mas, muito bem. Ele segue dizendo: "O homem público faz campanha 365 dias por ano." E sempre brincando, sempre revelando algo que V. Ex^a, Sr^a Presidente, conhece melhor do que nós. Eu estou impressionado, porque V. Ex^a já viu esse pessoal aqui de canto chorado. Primeiro, eles confundem eleição com esse vaivém de pesquisa eleitoral. Segundo, eles estavam se sentindo tão desmoralizados que achavam que não mereciam mais a contemplação de ninguém. Eu sempre achei que eles podiam crescer, sim, na medida em que gastassem dinheiro público para promover uma candidatura, quando nenhuma outra está em condições de competir com ela, até porque não possui os mesmos espaços de mídia, não possui a mesma capacidade de se deslocar. Mas é impressionante como recuperaram a arrogância, como estão arrogantes, como estão *remplis*, cada um deles *rempli de soi-même*, como está cada um deles imaginando que o objetivo de manter o poder a qualquer preço vai ser cumprido, a qualquer preço. Doa a quem doer, rompa-se qualquer cordão que possa ligar essas pessoas à ética. Não importa. Ele aqui assumiu. Peço que a matéria inteira vá para os Anais, porque aqui ele assumiu o crime eleitoral.

Hoje acordei e pensei: olha, alguma coisa tem que ser feita, isso aqui não é uma república bananeira; nós não lutamos por democracia à toa, nós não lutamos para estabelecer regras que transformassem no mais justo possível o pleito eleitoral. Acordei de manhã e pedi à minha assessoria que preparasse um parecer sobre se eu deveria encaminhar esse caso do Presidente Lula, as transgressões que ele faz à lei, ao Conselho de Ética da República. A assessoria disse que o Conselho de Ética cuida de funcionários públicos e até de ministros, não cuida de presidente da República. Quer dizer, em virtude das suas prerrogativas constitucionais, o Presidente da República somente responderá por seus atos perante o Senado Federal, em caso de crime de responsabilidade, perante o STF nos casos de infração penal comum, art. 86 da Constituição de 88, ou ainda perante o Tribunal Superior Eleitoral nos casos de infração à Legislação Eleitoral. Ele não responde por seus atos junto à Comissão de Ética pública, tendo em vista essa comissão regular o código de conduta da alta administração Federal, que em seu art. 2º não inclui o presidente como uma das autoridades a ter sua conduta analisada. E mais ainda, o presidente é quem nomeia os seis membros que compõem essa comissão, o que impede que o subordinado tenha competência de investigar seu superior.

É importante notar que o Presidente nada fez para que essa Comissão investigasse os seus subordinados, como o ex-Ministro José Dirceu, o ex-Ministro Luiz Gushiken, o ex-subchefe de assuntos parlamentares Waldomiro Diniz, todos eles, dentre tantos outros, sujeitos ao código de conduta das altas autoridades.

Muito bem, Sr^a Presidente, sendo assim, o que fez o meu Partido? Optou pelo que parecia o caminho mais lógico, mais justo. Não se pode questionar o Presidente em um conselho de ética da República, mas é possível ir – e o PSDB foi; os seus advogados já concluirão essa tarefa – ao Tribunal Superior Eleitoral, buscando configurar a propaganda eleitoral que o Presidente Lula fez em seus últimos discursos.

São duas as representações impetradas pelo PSDB. Na primeira delas, destacamos, nós do PSDB, que em Parnaíba, no Piauí, vários trechos da falação de Lula significam crime eleitoral, como, por exemplo, quando o Presidente afirma que "a partir de 2007 nós vamos começar a criar biomedicina, fisioterapia, psicologia e licenciatura em matemática, com cem vagas cada um".

Ora, como o mandato do Presidente se encerra em 31 de dezembro deste ano, ele falou como candidato, com aquele otimismo que é permitido a quem está no palanque pedindo votos. No palanque, diz: vou fazer, vou acontecer. Ele falou como se fosse um palanque eleitoral. Então é clara a delinqüência em relação à lei eleitoral brasileira.

É nesse discurso que o Presidente admite estar realizando campanha eleitoral implicitamente, ao afirmar "o homem público não precisa de época de eleição para fazer campanha. Ele faz campanha da hora em que acorda à hora em que dorme, 365 dias por ano." Quer dizer, ele demonstra claramente que é um ser vazio quanto aos compromissos com o País, despreparado mesmo, sem compostura para governar, que não faz outra coisa a não ser proselitismo político, a não ser tomar atitudes chulas, dizer coisas chulas, governar de maneira chula, apadrinhando o esquema de corrupção mais chulo que já se viu praticado nesta República.

Muito bem. O Presidente termina por fazer, mais uma vez, comparações entre supostos números do seu Governo e governos anteriores, tais como: "...esses dias, algumas pessoas ficarão nervosas comigo, porque disse que nós fizemos, em quatro anos, 21% das extensões de rede elétrica feitas em 122 anos ...". Nós fizemos 21% de tudo o que foi feito em 122 anos neste País.

Quer dizer, a raiva dele é de Marechal Deodoro, D. Pedro II, D. Pedro I, Epitácio Pessoa. O Presidente é homem dado a surtos. Eu queria que ele tivesse um surto de decência, Senador Mão Santa, de repente. Não ia fazer mal nenhum. Ele iria ver que a decência não mata ninguém.

Muito bem, na segunda representação, focamos dois discursos: o de Juazeiro e o de Imperatriz, ressaltando que, em dois dias, ele esteve em sete cidades, realizando "inaugurações", ou lançando "obras futuras",

terreno na lua mesmo. Em Juazeiro, afirmou o Presidente Lula que “falta muita coisa a fazer no Brasil ainda, muita e muita coisa” e que “na sabedoria popular, o povo sabe que não é possível fazer em quatro anos aquilo que não foi feito em 500 anos pelo nosso País”.

Essas palavras são sempre pronunciadas na primeira pessoa, comparando supostos números do atual – ele chama de *meu* – Governo com anteriores, ao asseverar que “a Bahia nunca teve a quantidade de contratos do Pronaf que tem no meu Governo”. De alguns poucos contratos, é importante dizer. “Saímos, Governador” – dirigindo-se ao Governador Paulo Souto –, “na safra 2001/2002, de apenas 87 mil contratos, com um gasto do Banco do Brasil, um financiamento de apenas R\$111 milhões; na safra 2005/2006 pulamos de 87 mil contratos para 158 mil contratos, e nós pulamos de um financiamento de R\$111 milhões para um financiamento de R\$434 milhões, aqui no Estado da Bahia”.

Depois vou falar um pouco sobre isso, Sr^a Presidente.

Para completar, ele disse que ia “atravessar a ponte para Petrolina”, localidade na qual ele ia fazer “o mesmo discurso”.

Então, nessas representações, o PSDB pede a penalidade de multa, conforme o § 3º do art. 36 da Lei 9.504, e também o encaminhamento do processo ao Ministério Público Eleitoral, para que possa tomar as providências que a espécie comportar. Com essas duas representações, o PSDB totaliza sozinho – fora os outros Partidos – sete representações no Tribunal Superior Eleitoral, contra o Presidente Lula, por fazer propaganda eleitoral antecipada, contrariando frontalmente a legislação vigente.

Faço agora algumas afirmações, Sr^a Presidenta. Primeiro, o Presidente da República já foi multado uma vez, em R\$30 mil, por decisão provocada pelo PSDB. Se for multado uma, duas, três, dez vezes, haja Okamotto para pagar sua conta, haja Delúbio, porque o Presidente não tem poupança para isso – que eu saiba, ele não é nenhum Antônio Ermírio de Moraes*; pelo menos não era. Haja Okamotto! E brincar de Okamotto pagando conta agora, com a vigilância das CPIs e deste Congresso, que não confia no Presidente nem um pouco, será uma tarefa muito dura, muito rude.

Chamo a atenção para um outro dado: o Presidente da República rebaixa o debate político a esse nível. Ele, pura e simplesmente, demonstra não respeitar a lei. A lei não representa nada para ele. Ele não é aquela figura austera que não transgride por ter compromisso com a lei; é aquela figura nada austera, aquela figura, eu diria, até debochada, que transgride entendendo que encontrou uma brecha para poder transgredir.

Assim, o Presidente, dá um péssimo exemplo para os nossos filhos, dá um péssimo exemplo para a juventude brasileira. Ele dá a entender que se pode tranquilamente transgredir porque isso não tem nada demais, desde que não seja apanhado, desde que não seja punido, desde que ele tenha saídas, evasões, que ele tenha portas secretas de fuga. Ele não está preocupado em passar para as pessoas a idéia de que, na gestão dele, o caráter dos brasileiros se tornou cada vez mais firme, a juventude aprendeu exemplos de dignidade, de amor à coisa pública, de respeito à coisa pública. E assim vai. Ele não é candidato – embora o seja de fato – e pode ficar até junho brincando assim, se não houver um cobro imposto pela Justiça Eleitoral. Então, estamos fazendo a nossa parte.

Considero o Presidente uma figura lamentável, mas lamentável mesmo. Uma figura que, por sorte do Brasil, governa em uma época de enorme bonança internacional. Não sei como estaria este País se crises de fora para dentro estivessem a complicar a vida econômica brasileira. Não sei como estaria. Ele não tem equipe, não tem serenidade, não tem preparo. Durante esse tempo inteiro, não governou; viveu de metáforas, de brincadeiras.

Sr^a Presidente, V. Ex^a avisou-me muitas vezes sobre isso. Certa vez, V. Ex^a me disse: “Você o conheceu como parceiro de lutas, conheceu-o até como figura de sua relação pessoal, mas não o conheceu por dentro”. Minha decepção é completa com ele, porque eu, o tempo inteiro, acreditava que ele era a melhor figura do PT, que ele era a figura mais conversável, mais dialogável do PT. Era assim que, estando em outro Partido, eu o via; companheiro de jornadas – aqui não concordávamos, ali concordávamos um pouco.

Estou vendo alguém que, tendo seu Governo acossado pelas mais absolutamente verazes e duras acusações de corrupção, o tempo inteiro resolveu não responder, o tempo inteiro resolveu se esconder feito tatu que se refugia na toca; refugiou-se no cinismo, refugiou-se nas evasivas, na conversa fiada, no sorriso amarelo, refugiou-se na tentativa de atacar ao invés de se defender. O Presidente é uma decepção muito grande. Espero que esse pesadelo passe logo – porque é um pesadelo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, o papel do Senado é este mesmo: educativo. Senadora Heloísa Helena, eu disse no começo aqui que ninguém do núcleo duro chegaria aqui, no Senado. E isso está acontecendo, pois o núcleo duro está se

dissolvendo. Atentai bem! O que me constrange é que, primeiro, ele se arvora a dizer que ninguém fez tanto pelos pobres. Eu digo que ninguém fez tanto pelos ricos, porque nunca banqueiros ganharam tanto na vida; dos quatro Bancos que mais ganharam no mundo, Senador Arthur Virgílio, três são brasileiros. Então, ele é o pai e a mãe dos banqueiros. Mas atentai bem: sei que o Presidente não pensou que houve Capitanias Hereditárias, Governos Gerais, Mem de Sá, Duarte da Costa, Tomé de Souza, os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, Isabel – mulher como V. Ex^a, Sr^a Presidente – Deodoro, Floriano e tal, mas a pior afronta é a ingratidão. Entre os que governaram o País, há três que votaram nele, apaixonadamente. E ainda o estão apoiando. O Presidente Sarney merecia gratidão e respeito. Então, Lula vai a Imperatriz e diz: "Ninguém fez o que eu fiz pelos pobres". Diz isso lá no coração do Maranhão, em Imperatriz, que é uma cidade avançada, graças às muitas ações do Presidente Sarney. Há inclusive uma fábrica de leite em pó que Sarney levou para lá. Da mesma forma, Itamar e Collor também o apoiaram. Todos três o apoiaram, contribuíram para essas melhorias. Senador Arthur Virgílio, a história se repete e ensina; esse é o valor do estudo. Senadora Heloísa Helena, lá na Itália do Renascimento, que todos nós valorizamos, houve uma figura que se destacou muito e ficou na História. Dos doze césares, o maior foi Júlio César – houve também o primeiro, Augusto César –, que expandiu, como militar, a Itália, vencedor de muitas batalhas. Houve o triunvirato de Júlio César, Pompeu e Crasso. Crasso também era guerreiro e expandiu; Pompeu ficava como cônsul, no Senado, administrando a encantadora e eterna Roma. Porém, o Senado fez uma lei que dispunha que Júlio César só podia adentrar Roma, atravessar o Rubicão, sozinho e não com o Exército. Um dia, ele, temeroso, dá umas voltas com o Exército, atravessa o Rubicão e diz: "**Alea jacta est**". Do lado dele, todos transformaram em único. Naquela emoção da vitória, da tomada do poder, os subalternos destruíram algumas estátuas e obras de Pompeu. Júlio César mandou parar, reconstruir tudo, recuperar todas as obras e respeitar o nome dos que lhe antecederam. Os historiadores dizem que aí nasceu o estadista: no respeito aos governantes. Ninguém escolhe a época e os problemas. Jamais ouvi Arthur Virgílio falar que foi melhor prefeito que outros. Houve outros problemas, outras épocas, e sei que V. Ex^a foi extraordinário prefeito – se não o fosse, não estaria aí. Na minha cidade, eu jamais disse que fui o melhor; governei o Estado e também jamais disse que fui o melhor. E Lula está dizendo que, em 505 anos, ninguém fez nada, só ele fez. Ele tem de participar de uma sessão de psicologia. A humildade une os homens; o orgulho divide os homens. Qual a condição hoje de o

Presidente Sarney pedir voto para a sua filha, se o seu aliado, o Presidente Lula, chegou e disse que ninguém fez nada, só ele fez? Quero prestar minha solidariedade. A ignorância é audaciosa. O Piauí tem um litoral pequeno: 66 quilômetros. Mas o meu Estado tem três cidades extraordinárias. Chamo Picos de São Paulo do Piauí, pois é onde se trabalha mais; Floriano é uma cidade de um potencial cultural extraordinário; e Oeiras foi a nossa primeira capital, como Salvador foi a primeira do Brasil. São encantadoras. Mas o que Sua Excelência foi fazer lá? Um aeroporto internacional. Senador Arthur Virgílio, lá existe uma crença. Quero convidar V. Ex^a a tomar banho nas praias, nos verdes mares bravios, dunas brancas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta o ano inteiro. Foi bom o Presidente ter tomado banho de mar. Ele tem o direito de ser feliz. Como dizia um filósofo, "muitas são as maravilhas da natureza, mas a maior maravilha é o ser humano". E o Presidente Lula teve a hospitalidade e o carinho do povo de nossa terra. Lá existe uma crença em dois santos, dois irmãos. O Ceará é um Estado muito seco. Nos anos 40, houve uma seca, e dois irmãos foram para o Piauí. Eles iam acompanhando o trilho pela praia. Nisso, passam pelo aeroporto e vêem um avião. Atentai bem! Como eram surdos e mudos, não ouviram o trem que se aproximava nem o apito que o maquinista tocava. O trem, então, os esmagou. Isso nos anos 40. Lá tem um cemitério que se chama Dois Irmãos. Sei que é São Sebastião, porque fui Prefeito, mas o povo não sabe. E eles fazem milagres. Eles eram surdos e mudos, não viram o trem se aproximar, olhando extasiados um avião que nunca haviam visto. Então, esse aeroporto existe desde 1940 e foi ampliado no governo revolucionário, pelas mãos de João Paulo dos Reis Velloso. Infelizmente, hoje, não temos mais nem uma linha nacional. E estão prometendo um avião internacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Concluo, Sr^a Presidente, dizendo a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa, que me concede esse aparte tão brilhante, que o nosso Presidente é mesmo uma figura. Ele fala que o diploma lhe faz falta, como se ele não tivesse os meios para obtê-lo. Ele não tem o diploma, depois de ter vivido 25 anos como uma pessoa de renda de classe média tipo A, como funcionário muito bem pago pelo PT e com despesas baixíssimas de moradia, conforme conta a crônica.

O Presidente não estudou porque não quis, não leu porque não gosta, porque não tem curiosidade intelectual, não se preparou porque prefere muito mais a facilidade da demagogia à densidade do debate inteligente e que vise efetivamente a investigar os fatos da vida brasileira. É um Presidente que comemo-

ra o fato de que acordou cedo. Então... O Presidente saúda: "Acordei cedo". Então, não é normal para ele acordar cedo.

É alguém que chega ao Piauí e afronta o povo de várias cidades ao dizer: "Puxa, nunca me trouxeram para conhecer o que seria bom no Piauí". Então, o que o levaram para conhecer até então era desrespeitável. Quero apresentar a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e aos Senadores Heráclito Fortes e Alberto Silva minha solidariedade muito clara. Essa mania do Presidente de desrespeitar os governados dele é, de fato, constrangedora.

Um outro dia, diante de um dirigente político etíope, que considera o camelo um animal de extrema utilidade, extremamente querido, tanto quanto para as tradições do gaúcho é o cavalo, e faz brincadeira sobre o camelo, contando uma piada absolutamente estúpida e imbecil. Ele disse que quando as pessoas começam a dar muito palpite, as coisas vão se complicando. E conta, então, a piada. Diz que Deus inventou o cavalo, fantástico e perfeito, mas começaram a dar palpites e a obra ficou imperfeita, virando camelo.

Disseram que foi visível o constrangimento do dirigente etíope, porque estava diante de um Presidente que não sabia o valor do camelo para a vida dos etíopes.

É um Presidente que fala sempre essa linguagem de "pai dos pobres", demagógica, populista, de baixo nível, dizendo que nunca ninguém fez tanto pelos pobres. O que ele fez foi muito pelo Sr. Duda Mendonça. Aqui para nós, o Sr. Duda Mendonça é um ingrato. Vir aqui para denunciar aquelas maracutaias todas, tendo sido beneficiário delas? É um ingrato. Eles tinham de ficar calados. O Delúbio é o modelo de mafioso perfeito: aquele que não fala mesmo, não se abre mesmo, nem sob tortura. O Presidente beneficiou foi o Sr. Valério. Foi quem eu o vi beneficiar. Mas os pobres? Enquanto houver um quadro de corrupção crônica no País, é bom termos consciência de que esse dinheiro está sendo subtraído precisamente dos mais pobres, para enriquecer pessoas que vivem à tripa forra. Enfrentam esses "processinhos". Esta é que é a verdade: enfrentam os "processinhos", depois, com seus advogados e com a vantagem dos prazos elásticos, terminam ficando impunes mesmo.

Mas encerro o pronunciamento dizendo que entramos com a representação. Vamos ver o que diz o Tribunal e aguardar as próximas movimentações, os próximos lances dessa trágica comédia que o Presidente encena com suas viagens, com seus gastos absurdos de dinheiro público, com seu desrespeito à lei brasileira e com sua incapacidade de compreender que ele é uma figura olhada pela juventude brasileira.

Muita gente já teria discernimento, pela idade, de dizer: "Ele está fazendo uma coisa que não quero para mim". Um jovem pode dizê-lo. Uma pessoa muito mais nova pode dizer: "Puxa vida, se o Presidente transgride a lei, por que eu não posso fazê-lo?"

V. Ex^a sabe melhor do que eu, Senadora Heloísa Helena, que a arrogância do PT não resistiu a duas pesquisas e já o Sr. José Dirceu pôe a cara de fora, dando palestra como alguém que, reeleito Lula, seria imediatamente beneficiário de uma anistia proposta por algum pau mandado. Manda o pau mandado apresentar o projeto de anistia e volta tudo como se fosse igual à anistia requerida por um José Dirceu que foi cassado por ser o chefe do Mensalão, igual à anistia que merecia quando era um perseguido nos tempos da Ditadura Militar. É bem diferente.

Mas não tenho dúvida alguma de que estão imaginando que este o destino deste País é o de ser literalmente tomado de assalto. Digo "literalmente", porque o que estamos presenciando é uma figura literal de assalto aos cofres públicos, à máquina pública, às leis, aos tribunais. É um desrespeito constante e que vai ter, da parte do meu Partido, vigilância. Vamos provocar os tribunais todas as vezes que o Presidente transgredir. Se a pena for de multa, volto a dizer, haja Delúbio e haja Okamoto para pagar tanta multa. Se depender do PSDB ele será multado mil vezes e quero ver como vai pagar.

Quero acreditar que o Presidente Lula continua um homem pobre. Que eu saiba ele não ganhou na loteria e, se não ganhou na loteria, ele não tem como ser um homem rico. Ele tem que ser necessariamente pobre, a não ser que tenha ganhado na loteria e não tenha dito. Fora disso, ele é pobre e tem que ser pobre. E homem pobre não tem dinheiro para pagar trinta mil aqui, vinte mil acolá de multa, cinqüenta mil mais adiante, a não ser que o dinheiro seja de origens "okamotianas" ou "delubianas", ou que sejam dinheiros de origens "valerianas", ou que sejam dinheiros de origens "visanetianas" ou "bancodopovianas", ou "ivanguimaraesianas". Enfim, essa trupe toda que temos visto desfilar nessa triste escola de samba da corrupção investigada pelas CPIs em curso nesta Casa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O ESTADO DE S. PAULO

Despudor sem contestação

Já dura há tanto tempo o itinerante carnaval reeleitoral do presidente Lula que, à primeira vista, pouco haveria a acrescentar aos desfiles programados para esta semana de baixos teores produtivos que antecede a celebração brasileira por excelência. Depois de uma incursão ao Rio Grande do Sul, onde, na mesma sexta-feira, marcou ponto em eventos tão disparecidos como uma assembleia do Conselho Mundial das Igrejas e a abertura da Festa Nacional da Uva, o presidente-em-movimento desfilou ontem em Pernambuco (duas vezes), na Bahia e em Alagoas. Hoje, pulará do Piauí para o Maranhão e o Pará. Seria patético se não fosse um despudor - e um crime eleitoral impune.

Em setembro de 2004, Lula se deslocou até o Recife para inaugurar o novo terminal de passageiros do Aeroporto dos Guararapes. Ontem, lá estava ele mais uma vez, inaugurando uma obra tão momentosa quanto possam ser as novas pontes de embarque do mesmíssimo terminal. Só isso já autorizaria parafraseá-lo: nunca antes neste país um presidente conseguiu inventar tantos pretextos para aparecer nos telejornais um dia sim, o outro também. Há mais, no entanto: dois lançamentos de pedra fundamental de campi universitários, com "visita ao futuro prédio" (sic) de um deles; duas visitas a obras em outras universidades federais - e um "anúncio das obras do novo campus" de uma terceira.

Quando a agenda de viagens do presidente já começava a rasgar as costuras do caderninho, de tantos sucessivos acréscimos, ele se dignou explicar o sem-fim de viagens a que se entregava, faltando pouco para parecer que o Criador o dotara do dom da ubiqüidade. Pena que a explicação fosse chaçrinhesca, feita para confundir - a Justiça Eleitoral, antes de mais nada - e não para esclarecer. "Nós trabalhamos três anos plantando. Agora está na hora de nós colhermos", disse numa de suas raras entrevistas, em 22 de Janeiro. "Eu vou continuar andando no limite do tempo que eu tenha para tomar decisão (de assumir oficialmente que disputará o segundo mandato). Eu não sou obrigado a assumir candidatura. Quem são obrigados são os adversários, que têm de se afastar em março."

Ao se fingir de presidente para não ser pi-

lhado como o que é - um candidato que se serve da condição de presidente para promover a sua candidatura -, Lula como que se apropriou, a fim de escarnecer da legislação eleitoral, da língua para fora que é a marca dos Rolling Stones. Mas alguém há de tê-lo advertido de que a versão pastoral da colheita poderia não bastar para neutralizar uma ação judicial por seus safaris em busca de votos. Pois, enquanto a sua equipe tratava de tomar providências cosméticas - no sentido de disfarçar a ferura ética do comportamento do chefe - , pedindo à companheirada que se abstinha de falar em reeleição nos palanques armados para isso, Lula invocou um novo pretexto, presumivelmente a prova de processos, para continuar fazendo mais do mesmo.

Ele viaja para fiscalizar o andamento dos seus programas. Como se nem os seus ministros fossem capazes de se desincumbir a contento da função de mestres-de-obras, Lula fabricou a seguinte rationale: "Um governante tem que visitar para ver se está acontecendo aquilo que ele decidiu fazer", disse no programa de rádio *Café com o presidente*, na segunda-feira, "porque, muitas vezes, a gente decide e as coisas demoram mais do que o previsto." E reforçou, falando especificamente do projeto de interiorização do ensino superior federal: "Vou fiscalizar para saber se as obras estão andando como eu quero que andem." Mesmo presumindo que ele saiba como quer que andem - o que engloba mais do que acompanhar o cumprimento de um cronograma de trabalho - , o argumento desdenha da inteligência do público.

A grande sorte de Lula é que a atual fase de bonança econômica, combinada com a percepção de que ele é um presidente voltado para "o social", torna o eleitor típico indulgente com as suas estripulias. No mínimo, concede-lhe o benefício da dúvida - até por não ter diante de si outra figura legítima da admiração popular para desmascarar os atos e o monólogo eleitoral do presidente. Sem uma alternativa programática ao lulismo - e, sobretudo para encarná-la, sem um norte que o eleitor respeite, admire e com quem, afinal, se identifique - , a oposição também contribui para a reeleição do presidente ao exhibir o seu próprio desnorteamento e os seus tropeços que só fazem desmoralizá-la.

O GLOBO

ELEIÇÕES 2006

'Homem público faz campanha 365 dias por ano'

Lula, em discurso durante viagem ao Piauí, bate duro nos governadores e reage a críticas de adversários

Efrém Ribeiro

Editorial especial

● PARNAÍBA (PI) No dia em que foi divulgada mais uma pesquisa que o deixa em situação favorável na disputa pela reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso no Piauí, reagiu às críticas pela agenda de viagens e inaugurações em clima de campanha:

— O homem público não precisa de época de eleição para fazer campanha. Ele faz campanha da hora em que acorda à hora em que dorme, 365 dias por ano. Se ele não fizer, os adversários farão, porque os adversários só se incomodam quando você está fazendo as coisas certas. Quando você está fazendo as coisas erradas, eles não se incomodam, eles colocam na propaganda de televisão deles, eles falam mal do gover-

nante, seja do prefeito, do governador ou do presidente, porque é mais fácil destruir do que construir — afirmou Lula, no anúncio da implantação do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Piauí

Comentário para lembrar nome de Serra provoca risos

— O presidente comparou a facilidade com que se destroem árvores com a rapidez com que uma motosserra pode derrubar um eucalipto, árvore comum na região. O comentário, por lembrar o sobrenome do prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), um pré-candidato à Presidência, provocou risos na platéia.

— Eu perguntava para o prefeito (de Parnaíba, José Hamilton Furtado Castelo Branco) lá, quanto tempo estão plantando esses eucaliptos? É possível que há cinco anos, seis ou

mais. Agora, para destruir um eucalipto deste, que nós esperamos alguns anos para fazer uma sombra, basta pegar uma motosserra e, em 30 segundos, a gente derruba uma árvore desta.

Lula também criticou os governadores que não reconhecem a participação do governo federal em obras nos seus estados quando fazem propaganda dessas realizações.

— Não são todos os governadores que colocam as coisas que o governo federal faz na sua propaganda ou nos seus discursos. Há muitos espertos no Brasil que recebem dinheiro do governo federal e fazem propaganda na televisão como se o dinheiro fosse deles, como se a obra fosse deles, sem citar sequer o dinheiro do governo federal — atacou, dizendo que seu governo enviou para o estado de São Paulo R\$ 2 bilhões pa-

ra cuidar dos pobres.

Lula recomenda cautela com excesso de otimismo

Antes da cerimônia, em reunião com o governador Wellington Dias (PT) e líderes petistas, Lula disse que a pesquisa Datafolha mostra que a população está reconhecendo as obras de seu governo, mas pediu cautela com o excesso de otimismo.

— Ele pediu que se tenha muita humildade, não se adote nenhum oba-oba por causa das pesquisas — contou Dias.

A presidente regional do PT do Piauí e secretária estadual de Administração, Regina Sousa, disse que Lula recomendou cautela e lembrou que os números da pesquisa "mudam com velocidade e com o tempo".

— Ele fez questão de ressaltar que a gente não pode se empolgar e adotar salto alto. ■

Desdenhando do sertão

Presidente toma banho de mar no Piauí e fala mal de cidades do estado

• Parnaíba (PI). Doze quilos mais magro graças a uma dieta sem carboidratos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acordou às 5h30m e, dez minutos depois, foi caminhar e se banhar no mar na praia de Coqueiros, no Delta do Parnaíba, a 365 quilômetros de Teresina. Após caminhar na praia, acompanhado de três seguranças, Lula entrou no mar quando a maré estava baixando. A equipe de segurança da Presidência deixou mergulhadores e carros distantes do resort Islamar, que dá acesso direto à praia, para evitar curiosos.

— Eu estou chateado porque venho ao Piauí desde 80. É a primeira vez que visito Parnaíba. Vou levar essa mágoa dos companheiros do meu partido, porque só me levavam para Picos, para Oeiras, para Floriano (que ficam no sertão) e aqui que tem praia, nunca me trouxeram, mas hoje eu me vinguei deles, levantei às 5h30m e às 6h30m, sem chamar o Wellington (Dias), eu fui para a praia sozinho, tomar um banho de praia. Pois bem, mas não é só o Piauí não, eu vou ao Rio de Janeiro há mais de 30 anos, eu nunca consegui colocar

os pés na praia de Copacabana, porque é só reunião, reunião. Meu Deus do céu! Tem que ter uma hora de fazer, tem que ter uma hora de prazer, se não a gente morre — brincou o sertanejo Lula, em seu discurso no anúncio de implantação do Programa de Interiorização da Universidade Federal do Piauí.

— O presidente vestiu uma camisa da seleção brasileira para caminhar. Ele se hospedou num hotel de propriedade de um empresário português. Na madrugada de ontem, foi oferecido no hotel um jantar aos líderes do PT e autoridades estaduais e municipais, mas Lula não participou. Ele se reuniu com o governador do Piauí, Wellington Dias, e foi dormir.

O governador Wellington Dias, em discurso, disse que é mais magro. Lula está deixando a primeira esposa Marisa Silva mais feliz.

— Agora que Lula está mais magro, dona Marisa está mais feliz e mais apaixonada. Também com um gato — este aqui — disse Wellington apontando para o presidente.

Lula ataca élite e faz promessas para até 2008

Presidente evita falar em reeleição no Maranhão, mas comete ato falho ao destacar programa Luz para Todos

Cristian Jungblut

Ensaio especial

• IMPERATRIZ (MA). Ao discursar ontem no lançamento da pedra fundamental do novo campus da Universidade Federal do Maranhão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não fez tudo o que precisava fazer como governar e, mas repetiu uma de suas frases preferidas, de que já realizou mais do que seus antecessores.

— Não fiz tudo o que ainda precisava fazer mas, certamente, já fizemos muito mais do que uma elite que governou este país durante quase 500 anos e esqueceu a parte pobre da população. Vamos continuar trabalhando.

Lula diz que vai inaugurar 25 de 32 escolas técnicas

O presidente disse também

que continuará viajando e que vai inaugurar até junho 25 das 32 escolas técnicas que estão sendo construídas no país. Em Imperatriz, Lula apenas lançou a pedra fundamental de um campus universitário que começará a ser construído em março, ao custo de R\$ 8,1 milhões.

— Este país não é meu, as coisas que estou fazendo não são minhas. Eu é que sou brasileiro, não o brasileiro é que é meu. Eu é que devo obrigação a este país. Eu é que devo obrigação a este país! — disse Lula, que ainda fez várias críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso, sem citar seu nome.

— Quando assumi a Presidência da República, este país gastava R\$ 7 bilhões em programas sociais, hoje estamos gastando R\$ 22 bilhões. E es-

tamos fazendo isso não é por favor, é por direito. Quanto mais investirmos em educação, menos teremos que investir em cadeias e ter que cuidar de ladrão.

Apesar de ter evitado a palavra reeleição em seu discurso, o presidente acabou se traíndo minutos mais tarde, durante rápida e tumultuada entrevista ao anunciar a meta de levar eletricidade para todas as residências do país até 2008.

— Assumimos o compromisso de até 2008 não deixarmos nenhuma casa no escuro neste país, sobretudo na área rural. E vamos cumprir, porque estamos trabalhando para cumprir — afirmou Lula sobre o programa Luz para Todos.

Antes, no palanque oficial, Lula apenas sorriu quando o estudante universitário Adonilton Dias citou os resultados da úl-

tima pesquisa Datafolha, afirmando que Lula tinha conquistado ampla vantagem e venceu o prefeito de São Paulo, José Serra, mesmo sem dizer que é candidato. Lula conversou algo com as autoridades, sorriu e fez um rápido e quase imperceptível sinal da cruz.

Lula anunciou que em março ou abril irá a Serra Pelada para se encontrar com garimpeiros. Ele foi ovacionado por moradores da cidade que foram à solenidade, grande parte deles peleista. Os aplausos contrastaram com as vaia pesadas ao prefeito de Imperatriz, Ildom Marques de Souza, aliado de Sarney e que criticou a penuria da cidade quanto a verbas federais. ■

• BRADESCO TEM LUCRO RECORDE na página 31

'Tenho uma frustração: não tenho um diploma'

Presidente muda o tom

• IMPERATRIZ MA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que carrega uma grande frustração na vida por não ter conseguido obter um diploma universitário. Ao lançar a pedra fundamental no novo campus da Universidade Federal do Maranhão (MA), em Imperatriz Lula deu uma resposta indireta aos adversários que criticam o fato de o presidente sempre dizer que é um "perdido", que não estudou e que chegou à Presidência da República. Lula repetiu por três vezes, que não tem orgulho disso. E ressaltou, no discurso, que a construção de 42 novos campus universitários pelo país é uma maneira de dar aos jovens as oportunidades que ele não teve.

De origem pobre, o presidente Lula fez o curso técnico do Senai, onde se formou na profissão de

torneiro mecânico. Recentemente seu provável adversário na disputa eleitoral de outubro, o prefeito José Serra, também criticou Lula, ao dizer que esse não estimula a educação com seus discursos.

— Tenho uma frustração na minha vida: não tenho um diploma universitário, não pode fazer uma universidade. Não me orgulho disso. Quero é dar aos jovens de hoje a oportunidade que eu não tive na minha geração. Quero garantir que esses jovens tenham o diploma que eu não tive, as oportunidades que eu não tive, porque eu sei que tenho um diploma e uma profissão; eles poderão garantir para suas famílias um mundo muito melhor do que aquele que eu e você recebemos dos nossos pais — discursou Lula no Maranhão.

O tema educação tem se tornado um dos favoritos do presidente nos últimos tempos e principalmente nesta maratona de viagens por estados do Norte e Nordeste, esta semana. Mas a declaração de ontem contrasta com outras em que Lula sempre fez questão de ressaltar que chegou à Presidência da República vencendo todas as dificuldades, como a de não ter um diploma.

— Veram que é triste, sante, um filho da terra, que não tem diploma universitário, que faz parte da elite política deste país — agora sou da elite política porque sou rei político importante, mas não estava previsto na sociologia brasileira um retirante nordestino, torneiro mecânico, sem diploma universitário chegar a presidente da República. Eu cheguei — disse Lula em dezembro.

ao inaugurar o Sesi de Garanhuns.

Para atacar o presidente Serra utilizou primeiramente um discurso feito por ele em Querência na Baixada Fluminense sobre a questão dos mata-mosquitos que pediam reintegração ao serviço do Ministério da Saúde. Naquela ocasião Lula disse ser contra a realização de concurso público, apesar disso ficaram vantagiados os mais letRADOS.

— É fazer concurso sempre significa que é mais letrado, que não é "mata-mosquito", vai passar no lugar de a gente que já é "mata-mosquito". Apesar do concurso ser uma forma transparente de se formar, é certo que somos que muitas pessoas têm a oportunidade de estudar como outros — disse Lula em julho (ver coluna Jungblut).

PF indicia Lamas, ex-tesoureiro do PL

Ele responderá por lavagem de dinheiro e também por sonegação fiscal

Jailton de Carvalho

• BRASÍLIA A Polícia Federal, ontem, o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas por lavagem de dinheiro e sonegação fiscal no inquérito do mensalão. Lamas foi indiciado depois de prestar depoimento a Luiz Flávio Zampronha, chefe da equipe encarregada de investigar os repasses do caixa dois do PT para parlamentares da base governista.

Lamas é acusado de fazer saques e transportar parte dos R\$ 10,8 milhões que o PT teria reservado ao presidente do PL, ex-deputado Waldemar Costa Neto, entre 2003 e 2004. A res-

ponsabilização criminal do ex-tesoureiro abre caminho para o indiciamento de outros dirigentes do PL, também acusados de envolvimento no esquema. Num curto depoimento, Lamas confirmou as declarações prestadas à PF ano passado.

Lamas admite ter feito saques para o PL

Ele teria reafirmado que, de fato, fez saques de quantias expressivas numa agência do Banco Rural, em Brasília, e levou o dinheiro para a casa de Waldemar. O tesoureiro alegou, no entanto, que não sabia a origem nem o destino do dinheiro. Lamas disse que ape-

nas prestou um serviço ao presidente de seu partido.

Mas a polícia considerou as explicações insuficientes e, no fim do depoimento, indiciou Lamas por sonegação fiscal e lavagem de parte do dinheiro que o PT repassou a Waldemar por intermédio do empresário Marcos Valério.

Numa lista que entregou à PF e ao Ministério Pùblico Federal ano passado, Marcos Valério sustentou que fez pelo menos 19 repasses ao presidente do PL por intermédio do Banco Rural e da Guaranhuns Empreendimentos, Intermediações e Participações. Os saques eram feitos

numa agência do Rural em Brasília e estavam a cargo de Jacinto Lamas e do irmão dele, Antônio Lamas.

Procurador-geral pede prorrogação do inquérito

O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a renovação do prazo do inquérito do mensalão por mais 15 dias. O procurador também pediu novas diligências à polícia. Segundo um de seus interlocutores, o procurador-geral deverá oferecer denúncia contra os acusados de envolvimento com o caixa dois petista entre maio e abril. ■

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



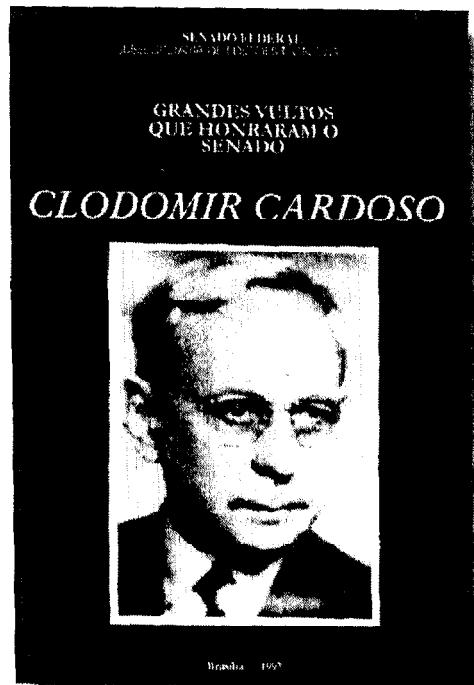
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 68 PÁGINAS